

MP abre inquérito civil para apurar impactos de data center de R\$ 5 bilhões

POR VLADIMIR BENINCASA / GRUPO DE PESQUISA PATRIMÔNIO, CIDADES E TERRITÓRIOS

Ação apura riscos de escassez hídrica, poluição sonora e licenciamento fracionado em Campinas

Por **Moara Semeghini**

O Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), por meio do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (GAEMA - Núcleo PCJ-Campinas), instaurou nesta terça-feira (15) um inquérito civil para investigar os impactos ambientais, urbanísticos e patrimoniais do projeto de um mega data center de inteligência artificial em Barão Geraldo, Campinas. Anunciado pela prefeitura com investimento inicial de R\$ 5 bilhões, com potencial de alcançar R\$ 20 bilhões, o empreendimento da construtora Terra Nova e da gestora Actis prevê ocupar cerca de 944 mil metros quadrados na Fazenda Pau D'Alho, dentro do Polo de Inovação para o Desenvolvimento Sustentável (PIDS). Além disso, a infraestrutura elétrica projetada pode chegar a 1 gigawatt (GW), potência suficiente para abastecer uma metrópole de 700 mil a 1 milhão de residências de porte médio.



Imagem da Fazenda Pau D'Alho, no distrito de Barão Geraldo, em Campinas: Prefeitura anunciou obra de data center de R\$ 5 bilhões, podendo chegar a R\$ 20 bilhões

A medida atende a representações protocoladas conjuntamente pela vereadora Mariana Conti e pela deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL), além do vereador Gustavo Petta e do deputado federal Orlando Silva (PCdoB). Os parlamentares alertam para riscos de licenciamento fracionado e apontam potenciais de poluição e escassez hídrica na Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ).

Uma das principais preocupações do Ministério Público envolve o alto consumo de água para a refrigeração dos servidores, em uma ba-

cia hidrográfica com mais de 80% do potencial comprometido. Modelagens técnicas indicam que, em cenários de calor extremo, estiagem ou falha no sistema, o complexo pode exigir até 3,24 milhões de litros de água tratada por dia, competindo diretamente com o abastecimento público mantido pela Sanasa.

A investigação também avalia o ruído contínuo de chillers, bombas e geradores a diesel, com risco de descumprir o limite noturno de 50 dB(A). Outro ponto crítico é a injeção térmica de até 386 megawatts na atmosfera, que pode formar uma ilha de ca-

lor e afetar corredores ecológicos da ARIE Mata Santa Genebra. O MPSP apura ainda a suspeita de fracionamento do licenciamento, que teria isolado a obra da subestação de 440 kV para evitar a exigência de Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) de âmbito estadual.

O MPSP deu prazo de 10 dias para que a prefeitura e os empreendedores apresentem licenças e detalhes técnicos. Órgãos como Cetesb, Sanasa e CPFL também foram oficiados.

O QUE DIZ A PREFEITURA

A Prefeitura informou

que o data center previsto para a Fazenda Pau D'Alho ainda não está licenciado e que, até o momento, foram expedidas licenças apenas para a implantação de uma subestação de energia elétrica. Segundo o Executivo, a autorização vigente impõe regras rígidas, como controle de resíduos, diretrizes de terraplenagem e drenagem, além da proibição de supressão de árvores ou intervenção em APPs sem aval ambiental prévio. A gestão municipal reiterou que prestará todas as informações solicitadas pelo MP nos prazos legais.

Mortes caíram quase 78% em pontos que receberam radares

Da **Redação**

Um estudo realizado pela Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec) aponta que os radares contribuíram para a redução de mortes no trânsito em pontos que receberam fiscalização eletrônica. Nos 32 locais analisados, foram registrados nove sinistros fatais antes da instalação dos equipamentos e dois após a implantação, uma redução de 77,8%.

O levantamento considerou um raio de 100 metros a partir das novas posições dos rada-

res. Dos 32 pontos avaliados, 18 receberam equipamentos entre 2022 e 2023 e outros 14 passaram a contar com radares após o remanejamento de equipamentos que já existiam em outros locais. Segundo a Emdec, a diferença representa sete vidas preservadas nos pontos analisados. Atualmente, Campinas conta com 154 locais de fiscalização eletrônica, após a ampliação recente de dez equipamentos em pontos considerados críticos. São 86 radares instalados em semáforos, que registram avanço do sinal vermelho, parada sobre a



EMDEC/DIVULGAÇÃO

Ocultar placa de moto é uma das infrações detectadas nos radares

faixa de pedestres e excesso de velocidade, e 68 equipamentos fixos, destinados à fiscalização de velocidade.

Entre janeiro e agosto de 2026, os equipamentos registraram 628,3 milhões de passagens de veículos. Desse total,

375,6 mil resultaram em infrações que foram convertidas em penalidades, o equivalente a 0,06% das passagens.

Os dados mostram que mais de 99% dos condutores não foram autuados no período. Entre as infrações registra-

das, 316,5 mil foram por excesso de velocidade e 76,3 mil por avanço de sinal vermelho. Juntas, as duas modalidades representam mais de 67% do total de autuações. Entre as multas por excesso de velocidade, quase 6 mil foram aplicadas a condutores que trafegavam a mais de 50% acima do limite permitido na via.

A Emdec afirma que velocidade e avanço de sinal estão entre os principais fatores relacionados aos óbitos registrados no trânsito. Entre 2025 e 2026, os dois comportamentos estiveram associados a 41 mortes em vias urbanas de Campinas. Em 2024, os radares registraram 887 milhões de passagens de veículos e 621,6 mil infrações, o equivalente a 0,07% do total. Em 2025, foram 939 milhões de passagens e 591,8 mil infrações, ou 0,06%.